

Católicos lutarão pelo fim do divórcio e contra aborto

JORNAL DE BRASÍLIA

ANC 88
Pasta 15 a 19
fev/87
055

O fim do divórcio e a não-legalização do aborto no Brasil são os dois principais temas que o Grupo Parlamentar Católico defenderá na Constituinte. Criado na sexta-feira passada — em reunião convocada pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Salles, realizada no Centro de Estudos do Sumaré —, o grupo volta a se encontrar hoje, às 21h30, na casa do senador Afonso Camargo (PMDB-PR), para debater esses e outros assuntos.

«Estamos conscientes de que devemos lutar pela indissolubilidade do casamento e pelo direito à vida», afirmou o senador Meira Filho (PMDB) que, junto com a deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL), representa o Distrito Federal no Grupo Católico. Composto, atualmente, por 18 parlamentares, o grupo — de acordo com Meira Filho — tem como base o princípio de que «o único poder que interessa é o de servir a Deus».

O grupo atuará paralelamente à Comissão de Acompanhamento da Constituinte, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os 15 temas que serão assunto de debates na reunião, acrescentou o senador Meira Filho, foram retirados do documento «Declaração Pastoral por uma Nova Ordem Constitucional». Do encontro

de hoje, participará, além dos parlamentares que integram o grupo, o arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão.

Sempre «à luz do Evangelho» — como frisou Meira Filho —, o grupo debaterá, também, a obrigatoriedade do ensino religioso nas séries do 1º e 2º graus das escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas e aos presídios, a importância do momento político e a ação dos leigos católicos, dentro e fora dos espaços do Congresso Nacional. A preservação do meio ambiente é outro item que os parlamentares católicos discutirão, assim como os direitos do trabalhador, dos desprovidos e os deveres do estado para com o bem comum.

Cardoso procura acordo para os temas polêmicos

A quarenta e oito horas da entrega do anteprojeto de regimento interno, no plenário da Constituinte, o relator, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) busca encontrar fórmulas consensuais em torno de pontos polêmicos do projeto, como a utilização do rádio e televisão, soberania, funcionamento do Congresso e existência de liderança dos partidos menores.

Submetido à pressão de todos os lados, o relator passou, ontem, o dia trancado em sucessivas reuniões que avançaram noite adentro. Pela manhã, às 11 horas, Fernando Henrique reuniu-se com as lideranças partidárias para lhes apresentar suas idéias sobre o regimento e avaliar o que é consensual e onde existem resistências. Enquanto o PMDB defende que somente poderão existir líderes de bancadas com mais de 15 deputados, durante a Constituinte, o PFL, PDT, PTB e PT solidarizaram-se com os partidos menores contra a aprovação da proposta.

À tarde, o relator reuniu-se com cerca de 20 emendas propondo comissões constitucionais. Fernando Henrique encontrou algumas dificuldades, mas venceu a maioria das resistências à sua idéia de nove comissões.

Fernando Henrique ainda não definiu qual o critério a ser utilizado para o aproveitamento do rádio e televisão na divulgação dos trabalhos constituintes.

A questão da soberania está sendo negociada pelo deputado Carlos Santana, líder da maioria na Câmara.

Presidente pede solução para o "pró-soberania"

O presidente José Sarney aconselhou o líder da maioria na Câmara, Carlos Santana, a prosseguir nos entendimentos com o grupo "pró-soberania" da Constituinte, com vistas a uma solução para o problema. O fato ocorreu durante audiência do deputado com o presidente, segunda-feira, mas o líder explicou não haver ainda nenhuma definição sobre o assunto. Carlos Santana disse também que o presidente José Sarney não se referiu à questão das emergências na conversa, ao contrário do que teria ocorrido na audiência ao deputado Ulysses Guimarães.

Ele informou ter apresentado ao presidente da República um relatório sobre os contatos que vem mantendo com os parlamentares peemedebistas partidários da tese da soberania ampla da Constituinte, havendo acordo apenas em relação ao funcionamento excepcional da Câmara e do Senado durante os trabalhos da Assembléia.

Carlos Santana mostrou-se otimista em relação a um acordo com o grupo, explicando que "eles apenas desejam emitir um ou dois sinais da soberania da Constituinte, concordando em manter, depois disso, a questão suspensa até a promulgação da Carta. "Nesse sentido, o deputado baiano disse que a tendência do grupo é aceitar um ato de resolução da mesa da Constituinte revogando os dispositivos constitucionais referentes ao decurso de prazo, às medidas de emergência e ao decreto-lei.

Josemar Gonçalves



Ministro em cadeira alheia

O senador amazonense Fábio Lucena alertou ontem o deputado Ulysses Guimarães que o ministro da Justiça, Paulo Brossard, poderia sofrer um sério constrangimento: a qualquer momento poderia ser pedida a sua retirada do plenário da Constituinte, onde havia tomado assento (foto). Isso porque o regimento provisório da Constituinte determina que só podem ter acesso ao plenário os deputados e senadores, os jornalistas e os funcionários. Ulysses, preocupado, perguntou a Lucena

se ele pretendia tomar a iniciativa. Ele, no entanto, esclareceu que o seu receio era de que alguém da oposição poderia levantar a questão de ordem e pedir a retirada do ministro.

Há alguns dias, o ministro Paulo Brossard escreveu o artigo «Imprensa e Parlamento» que foi publicado em alguns jornais do país onde ele reclamava da presença dos jornalistas «a resfolegarem em cadeira alheia».